

# A Revista Militar: Da História da Cultura à Difusão do Patriotismo e do Sentimento Nacional

Sargento-ajudante  
José Luís Assis



\* Sargento-Ajudante Pára-quedista. Licenciado em História (Ensino de) e Mestre em Estudos Históricos Europeus pela Universidade de Évora. Prepara doutoramento no âmbito da História da Imprensa Científica Especializada e Ciência da Comunicação pela Universidade de Évora e Universidade Nova de Lisboa. Membro convidado da equipa de investigadores da Universidade de Évora no projecto de investigação Espaços de Ciência e Construção de «Memória». De Lisboa ao Alem Tejo, financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia. Práticas Culturais de uma Comunidade Científica (Portugal XVIII-XX). No momento actual desempenha funções na Comissão Portuguesa de História Militar.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela prática de novas ideias culturais e políticas na sociedade em simultâneo com a Revolução Industrial nos países mais desenvolvidos da Europa.

Naquele período, uma série de acontecimentos e tendências ocorreram na Europa: as problemáticas levantadas em torno de questões tão importantes como Liberalismo, Anticlericalismo, Positivismo, Socialismo e Republicanismo a par do desenvolvimento económico constituíram os ingredientes para a agitação política, ideológica, social, económica e militar que viria a transformar a Europa e a América do Norte e aos quais a *Direcção da Revista Militar* não ficaria indiferente. O periódico estava «atento» a esses ecos de mudança da estrutura social, política, económica e cultural portuguesa que eram divulgados pela imprensa nacional e estrangeira. Os intelectuais deste periódico deslocavam-se à estação de Santa Apolónia para aí assistirem à chegada dos comboios que de Paris traziam as novas notícias<sup>1</sup>.

Os antecedentes que fizeram desencadear a *Questão Coimbrã* assentaram na publicação

das *Odes Modernas*, nos elogios de António Feliciano de Castilho a Tomaz Ribeiro, sobretudo, ao *Poema da Mocidade* (1865) e em Pinheiro Chagas que considerava o modelo em confronto com os juízos negativos que fazia dos novos poetas que despontavam em Coimbra (Teófilo Braga, Antero de Quental e Vieira de Castro), que se sentiam influenciados por Augusto Comte e Proudhon<sup>2</sup>.

Esta questão surgiu num contexto que a propósito da discussão sobre a função da literatura, um grupo de jovens intelectuais afastados do poder cultural e político e apoiados em ideais e acontecimentos políticos que na altura agitavam a Europa - 1871 momento da unificação da Itália, queda do II Império Francês, Guerra Franco-prussiana e Comuna de Paris (que dois membros do Cénaculo, Antero de Quental e Guilherme de Azevedo, aplaudiram publicamente)<sup>3</sup> e aparecimento em Portugal da *Associação Internacional de Trabalhadores*, - pouco crentes em relação aos destinos que o país estava a seguir pretendiam agitar a opinião pública portuguesa. Daí que a *Questão Coimbrã* deva ser entendida como um processo bastante alargado que politicamente teve o seu ponto alto na realização das Conferências do Casino<sup>4</sup>.

A pretensão de alguns intelectuais mais acérrimos (Antero de Quental e Teófilo Braga) era bem mais alargada, pois, em nome de um ideal mítico e de uma revolução que considerava cultural, pretendia liquidar o sentimentalismo ultra-romântico e no plano político minar os alicerces do regime monárquico-constitucional. A influência do catolicismo e da igreja tinha de ser combatida, pois consideravam-nos os principais responsáveis pelo estado decadente em que a sociedade portuguesa estava mergulhada.

Estes novos intelectuais, à semelhança dos seus modelos da primeira geração romântica (Alexandre Herculano e Almeida Garrett), aspiravam a um papel activo nos desígnios da sociedade, procurando para isso disputar directamente o poder político.

Nessa óptica, as Conferências tinham como propósito “*agitar a opinião as grandes questões de filosofia e da Ciência moderna (...) estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade Portuguesa*”<sup>5</sup>. Assentavam nitidamente num vasto plano de crítica social e política.

Pelos conteúdos das Conferências que foram proferidas ou apenas programadas, salientam-se as de Antero de Quental cujo tema foi *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, (ideias que a *Revista Militar* viria a contrapor através do Tenente-Coronel Florêncio de Sousa Pinto), a de Eça de Queiroz sobre o *realismo como nova expressão de Arte* e a de Adolfo Coelho sobre o ensino em geral. Entendiam aqueles intelectuais que a história, a política, a literatura, a pedagogia, a linguística, a religião deveriam passar agora pelo crivo das novas correntes filosóficas e científicas com o objectivo de se modernizar a opinião pública portuguesa e de, conseqüentemente, Portugal entrar na senda do progresso.

Pela influência que se fazia sentir ao nível das autoridades, as Conferências foram encerradas face às críticas e ataques de alguns periódicos conservadores, nomeadamente o periódico legitimista a *Nação* e do católico *O Bem Público* que as acusaram de

intencões subversivas e de estarem a favor da Comuna de Paris.

É no sentido de demonstrar a sua preocupação com a crescente agitação política e social que então se vivia em Portugal que, em Janeiro de 1871, o Tenente-Coronel António Florêncio de Sousa Pinto no artigo o *Anno de 1870* 6, começou com uma breve descrição relativa à situação política e militar que se vivia em diversos países da Europa<sup>7</sup>.

Em 1872, no artigo *O Anno de 1871* 8 referindo-se aos acontecimentos que tiveram lugar em Paris (Comuna de Paris) fez um esboço desses acontecimentos de forma a que servissem de prevenção para o que pudesse vir a ocorrer em Portugal em atenção aos momentos agitados que se viviam na sociedade portuguesa.

Começou por descrever três grandes momentos da História de França: do Império Romano a Carlos Magno, deste a Luiz XIV, (época que considerava áurea na História de França), deste à queda da Bastilha em 1789 e, finalmente, ao que designou de curto reinado da *Comuna de Paris*. É durante esse curto e efémero período que em França se acabou com aquilo que ele considerou a *alma da nação e o amor patriótico* 9. Continua referindo que se o momento político e social vivido durante a Comuna de Paris foi bastante conturbado, os que se seguiram não o foram menos, pois apesar de se pensar que os julgamentos e as sentenças seriam mais justos, muito pelo contrário, relatos dão-nos a conhecer que as atrocidades continuaram desta vez para aniquilar os elementos que anteriormente tinham feito parte do movimento da Comuna de Paris<sup>10</sup>. Ainda a este respeito, o Tenente-Coronel Sousa Pinto reforçou a sua atitude recorrendo-se de algumas eloquência de Vítor Hugo sobre a descrição do quadro político, social e judicial vivido na França daquela época<sup>11</sup>.

Nesta eloquente alusão, em que tratou da situação política de outras nações europeias, pretendia tão só, atendendo à situação política vivida em Portugal, evitar por todos os meios o que aí acontecera. Alerta para a necessidade imperiosa de conhecer as causas que levaram a esses conflitos porque só dessa forma nos poderão servir de verdadeiros avisos. Insiste numa visão positiva da Nação Portuguesa ao referir-se à necessidade de inculcar o cumprimento do dever, o respeito e o amor pela Pátria.

No domínio dos agitados momentos que se viveram em Paris com a queda da Comuna no dia 28 de Maio de 1871, o Tenente-Coronel Sousa Pinto no artigo *Epilogo Funesto* 12 publicado na *Revista Militar* em Junho desse mesmo ano, faz uma observação bastante crítica e negativa dos massacres feitos pelas forças napoleónicas em Leiria, Nazaré, Vila Viçosa e Évora, aos roubos e vexames e irreverências praticadas em Portugal pelo Exército Napoleónico<sup>13</sup>.

Em 1872, no estudo *Observações Geraes* 14, o autor adoptou uma atitude diferente, pois ocupa-se da *guerra posthuma*, a guerra que considerou não menos violenta e desesperada que a realizada nas arenas do campo de batalha, que é a utilização da imprensa pelos bastidores da política como forma de fazer valer os seus propósitos e, assim através dela conquistar o poder. Nesta demonstração recorreu-se de notícias publicadas em periódicos franceses como o *Figaro*, *La Liberté de Paris*, *Siécle* e ainda de

alguns periódicos de Barcelona<sup>15</sup>.

Não menos importante foi a preocupação que demonstrou em relação à forma como o socialismo se afirmava, recorrendo a um periódico de Barcelona para demonstrar essa preocupação<sup>16</sup>.

Ainda neste mesmo ano de 1872, o Alferes António Marinho de Sousa e Barros no estudo *A Religião e o Exercito Perante o Socialismo* <sup>17</sup> começou por confrontar a Igreja e o Exército com as possíveis modificações da sociedade provocadas pelas ideias do socialismo que considerava responsáveis pela destruição e anarquia que se vivia em alguns países europeus e que ameaçavam a sociedade portuguesa<sup>18</sup>.

A imprensa também não foi poupada a críticas de alguma forma violentas na medida em que era acusada de ser a responsável pela difusão das ideias perniciosas do socialismo<sup>19</sup>. Se o receio do contágio do socialismo preocupou a Direcção da *Revista Militar*, também a ideia de República não deixou lhe de provocar alguma preocupação e angústia pelo implantação que vinha a conseguir na Europa, particularmente na Itália, Espanha e França, manifestando-se já na Inglaterra se bem que de uma forma discreta. A preocupação era tanto maior quanto mais progredia em Espanha com quem tínhamos as nossas fronteiras<sup>20</sup>.

O Tenente-Coronel Sousa Pinto no estudo *Portugal em 1872 - Vida Constitucional d'um Povo de Raça Latina* que publicou nas páginas do periódico entre 28 de Fevereiro e 15 de Abril de 1873, dá-nos conta das transformações técnicas e científicas que ocorreram em Portugal desde o início da Regeneração 1851 e 1873. Entendia aquele autor que *"Portugal (...) reforma a sua legislação, organiza as suas finanças, construe estradas, abre escolas, funda estabelecimentos de credito, supprime monopolios, decreta a desamortisação dos bens de mão-morta, e chega a um grau de civilização e de prosperidade inferior, sem duvida, ao de muitas outras nações, que ha muitos annos lhe haviam tomado o passo na carreira do progresso. (...) E o mais notavel ainda é que, tendo atravessado muito recentemente uma terrivel crise financeira, resultado das sommas enormes consagradas a melhoramentos, este paiz sae das difficuldades, em poucos annos sem recorrer a nenhum dos meios condemnados e violentos, que outros estados mais ricos, maiores e inculcando-se mais civilizados, não hesitaram em pôr em prática, em idênticas circumstancias"* <sup>21</sup>. Para o autor a explicação destes factos encontram-se obviamente na memória da Nação: nas suas tradições, nos seus costumes e carácter particulares de que só o Povo Português era dotado.

Sem se referir directamente à segunda Conferência proferida por Antero de Quental, *Causas e Decadencia dos Povos Peninsulares nos Últimos Séculos*, (que viria a ser largamente criticada pelo periódico legitimista a Nação e, em parte, por o católico O Bem Público) com o objectivo de demonstrar que o pessimismo dos portugueses era muitas vezes exagerado, contrapõe com dados estatísticos os factos apresentados por Antero na sua segunda comunicação refutando-os ponto por ponto com factos demonstrativos de que Portugal seguia no caminho certo<sup>22</sup>. No entender do periódico *"Tudo leva a crer, que Portugal, continuará a provar que os povos de raça latina não são mais incapazes*

*para a vida constitucional*” 23. Estamos perante um discurso que podemos considerar de triunfalista aos grandes feitos dos portugueses que o autor utiliza logo no início do seu discurso apresentando uma resenha histórica do passado glorioso e apologético do povo português, aliás aspecto que está presente ao longo do seu discurso. Sousa Pinto neste seu trabalho concebe o culto da memória nacional como magistério cívico e meio para reabilitar a Nação.

As *Conferencias do Casino Lisbonense* surgiram na *Revista Militar* através do artigo *Sociedades Militares* (1871) do Tenente José Estêvão de Moraes Sarmiento cujo espírito sempre aberto a novas ideias propunha uma discussão sobre a constituição das *Sociedades Militares* face às novas mudanças que o Exército estava a sofrer<sup>24</sup>. Os conflitos militares exigiam cada vez mais uma melhor preparação individual e de unidades para lhes fazer frente<sup>25</sup>. O Tenente Moraes Sarmiento, apercebendo-se dessa necessidade, defendia que o militar deveria manter a sua individualidade e motivação de modo a que se tornasse um elemento consciente da sua acção nos conflitos<sup>26</sup>. Nessa formação encontravam-se as *Sociedades Militares* que seriam centros de estudo e de divulgação da Ciência muito importantes para uma nova visão do indivíduo que já existia noutros países da Europa - Espanha<sup>27</sup>, Prússia, Áustria, Rússia, Suíça, França e Inglaterra, onde se divulgou o *Kriegsspiel*<sup>28</sup>. Dá-nos a conhecer que esta ideia não era nova, pois já existira uma anterior em Macau designada de *Grémio Militar* <sup>29</sup> e por outro lado defendia que a *Sociedade Militar* não deveria seguir os estatutos de outras associações estrangeiras uma vez que o *Clube Militar Naval*, (1866) constituído por oficiais do Corpo da Marinha, Guardas Marinhas, Engenheiros Navais, Facultativos e Capelães do quadro da Marinha e oficiais da fazenda e maquinistas navais com graduação de oficiais, já tinham a sua agremiação e os seus objectivos bem definidos<sup>30</sup>. O autor propunha uma mesma sociedade militar com todos os ramos do Exército cujo propósito era adquirir mais conhecimentos, com trabalho de cariz científico e onde apenas o estudo poderia fornecer o necessário. O Tenente Moraes Sarmiento questiona sobre a criação das *Sociedades Militares* à semelhança de outras existentes na sociedade portuguesa: “A organização d’uma sociedade militar, sem ideia alguma politica, com fins analogas aos do Atheneo hespanhol e Club militar naval, parece-nos um pensamento grande e prometedor de excellentes resultados. (...) Reunem-se os mathematicos, os naturalistas, os medicos, os economistas, os politicos, todas as classes emfim, para discutirem pontos controvertidos das sciencias que cultivam, porque motivo se não hão de reunir para o mesmo fim os militares cujo officio faz uso, nas suas applicações, de todas aquelas sciencias?” <sup>31</sup>

Em 1872, no trabalho *Sociedades Militares*, tendo como base trabalhos de outros países estrangeiros, publicou nas páginas do periódico um novo estudo, em que demonstrou as vantagens das *Sociedades Militares*, não deixando de registar a forma negativa como a sua proposta foi acolhida mesmo nos meios militares. Em seu entender, a criação das *Sociedades Militares* nada teriam de subversivo, pois destinavam-se a uma melhor qualificação técnica e científica dos quadros do Exército tal como sucedia noutros países da Europa, porque entendia que o “*official ignorante tende a ser banido dos exercitos*” <sup>32</sup>. E acrescenta que as *Sociedades Militares* eram muito úteis, pois entre outros aspectos, permitiam a actualização constante dos conhecimentos através das

leituras e conferências<sup>33</sup>, elevando o nível cultural do Exército. Alerta para que: “*Senão acompanhar-mos as tendencias geraes, se não recorrermos a todos os meios para colocar a nossa officialidade ao nivel da dos outros paizes, pelo que toca a instrucção, devemos preparar-nos para desaparecer da lista das nações na primeira conflagração. Hoje a victoria não é do mais audaz, é do mais sabio. Com a sciencia e pela sciencia é que a Prussia aniquilou a França*” 34. Logo após as suas propostas da criação das *Sociedades Militares* outras vozes se levantaram em seu apoio.

O Capitão Manuel Alves de Sousa no artigo *Sociedades Militares* apresentou, nas páginas do periódico, a sua opinião acerca de uma proposta idêntica que houvera feito duas décadas antes e que não tivera aceitação por ser considerada extemporânea<sup>35</sup>.

Iniciativa idêntica e sem qualquer resultado teve o General Celestino Soares com os *Serões Militares* em que pretendia “*incutir no soldado o amor das grandes acções, da glória e das virtudes civicas, por meio de leituras adequadas ao intento (...)*” 36. Registava aquele oficial general “*que uma regeneração social transforme proveitosamente as acanhadas instituições que ora nos regem, e que a força armada, sustentaculo do throno, poderoso e único elemento de ordem, segurança e defesa da patria, desempenhe condignamente a nobre missão que esta lhe confia*” 37.

Entre finais de 1872 e inícios de 1873 surgem mais ecos das *Sociedades Militares* pelo Tenente João Nepomuceno de Macedo de Lacerda que se refere à mesma temática na *Revista Militar* no sentido de propor uma renovação do Exército e o alargamento da instrução a todos os graus da hierarquia militar, atendendo a que era necessário proceder a alterações convenientes para o desenvolvimento e progresso da Instituição Militar.

Em finais do século XIX, mais propriamente a 11 de Janeiro de 1890, surgiu o acontecimento, Ultimatum Inglês, que alguns autores como Basílio Teles consideraram como o mais perigoso que, desde as Invasões Francesas, abalou a sociedade portuguesa e que se manifestou das mais diversas formas.

Através da imprensa, os ideais de patriotismo e ódio ao inglês difundiram-se em Lisboa e, a partir da imprensa de província, a todo o país<sup>38</sup> o que levou a que toda a sociedade portuguesa se unisse num grande movimento nacional e patriótico. Neste movimento participaram as mais diversas instituições - económicas, autoridades civis, militares, religiosas, académicas, colectividades recreativas, sociedades culturais e ainda organizações cívicas criadas no momento. À semelhança da sociedade civil, também as instituições e autoridades militares fizeram sentir o seu protesto. Algumas unidades do Exército e da Marinha manifestaram o seu repúdio ao *Ultimatum*, abrindo subscrições - Oficiais, Sargentos e Praças ofereceram um mês de pré para a Grande Subscrição Nacional.

De entre as diversas instituições que colaboraram nesse grande desígnio nacional, destaca-se a *Sociedade de Geografia de Lisboa* que foi criada expressamente para o estudo da questão colonial e, por onde passava a política ultramarina portuguesa,

expressa o seu descontentamento através de um discurso patriótico proferido de uma das suas varandas por Luciano Cordeiro enquanto a multidão gritava palavras contra a Inglaterra e os Braganças. Esse descontentamento foi, ainda, demonstrado à imprensa internacional e a outras instituições europeias do seu género.

Depois de uma pequena abordagem à forma como foi aceite o *Ultimatum* pela imprensa civil e opinião pública portuguesa, interessa-nos saber como reagiu a *Revista Militar* àquele incidente diplomático.

Desde a década de 70 que a *Revista Militar* vinha a dar particular atenção à questão colonial, procurando informar os seus leitores de tudo quanto com as colónias portuguesa estivesse relacionado.

A 15 de Janeiro de 1890 o periódico fez publicar nas suas páginas os artigos: *O Conflictio Anglo-luso* da Redacção, *O Que Temos a Fazer* de R. F. e no dia 31 os artigos: *Ás Armas!* Do Capitão Fernando da Costa Maya e *Um Brado pela Patria* de Bento da França<sup>39</sup>.

Nos dois primeiros artigos fez-se um apelo à união de todos os portugueses no sentido de fazer frente ao que consideraram vergonhosa e cobarde afronta da Inglaterra<sup>40</sup>. Procurou levantar-se os sentimentos patrióticos dos portugueses a partir de referências aos ensinamentos e momentos heróicos dos nossos antepassados: “*Unamo-nos, pois, todos os bons, sinceros e leaes portugueses. Preparemo-nos, successiva e methodicamente, para tirarmos uma desforra condigna do insulto recebido, da offensa que nos acaba de fazer a Inglaterra. E Portugal póde contar absoluta e inteiramente com os seus soldados. (...) as heroicas tradições dos seus antepassados, e os descendentes dos heroes da Roliça, do Vimeiro, do Bussaco, de Badajoz, de Victoria mostrarão mais uma vez aos inimigos da sua patria o caminho da derrota*” <sup>41</sup>. Nesta mesma linha de pensamento, seguem os artigos *Ás Armas!* e *Um Brado pela Patria* onde o discurso continua a manifestar um tom patriótico de apelo às qualidades particulares e exclusivas que caracterizam os portugueses. A sua determinação e amor pela Pátria são de tal forma grandiosos que não cederão à afronta inglesa e que pela memória dos seus antepassados lutarão com redobrada determinação. Em ambos os artigos se defende a organização do Exército, e questiona-se para que serviria construir obras grandiosas se depois não haveria Exército para as defender e garantir a sua posse.

A partir da análise aos diferentes artigos denotámos o apelo ao sentido patriótico que une os portugueses em momentos difíceis e o apelo ao ódio ao inglês pelos seus intentos.

A *Revista Militar* acompanhou intensamente as ideias e os movimentos que surgiram durante a segunda metade do século XIX e, prestando-lhes a devida atenção, procurou informar o seu publico leitor e ao mesmo tempo, intervir junto da instituição militar e do país sempre que achou oportuno por forma a proteger a unidade da Nação e a paz social.

Revelou-nos uma preocupação constante com o estado da sociedade ao manifestar-se contra o iberismo, o republicanismo, o socialismo, o federalismo e o anticlericalismo, que considerava responsáveis pela perturbação social que se vivia sobretudo em países como

a França, Espanha e Itália. É no sentido de salvaguardar a unidade do país e manter a paz social que considerava fundamentais ao bom desenvolvimento da Nação. Ao mesmo tempo que apresenta as causas desse perigo, adopta um discurso patriótico, recorrendo à memória gloriosa dos feitos dos nossos antepassados.

As influências ideológicas e transformações da sociedade preconizadas nas *Conferências do Casino Lisbonense* (1871), embora partindo de um princípio estético, tinham objectivos claramente político, tiveram enorme repercussão no Exército sobretudo no questionar de temas relacionados com a preparação técnica e científica dos oficiais e com o associativismo, sendo um dos seus principais defensores Moraes Sarmento.

As Conferências viriam a ter alguma repercussão, sobretudo em unidades militares afastadas de Lisboa, como Mafra, Castelo Branco e Angra do Heroísmo, onde alguns oficiais demonstraram receptividade à criação das *Sociedades Militares*. A evolução da ciência e da técnica impunham que se repensassem e se debatessem os problemas relacionados com o Exército. Contudo, as propostas de Moraes Sarmento não tiveram continuidade por motivos de se poderem tornar em grupos de pressão política sobre uma sociedade já conturbada, embora originassem o aparecimento de instituições específicas como foi o caso da criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875) da qual participaram muitos militares.

A *Revista Militar*, no seu número 11 de Novembro de 1910, no artigo “*A Transformação do Regime Político Nacional*”, esclarece que se manterá fiel ao seu Contracto e estatutos, bem como à prática anterior a este momento, não elaborando juízos sobre os factos que levaram à transformação do sistema político português bem como de todas as suas instituições<sup>42</sup>. Faz uma breve analepse à natureza dos seus artigos publicados em anos anteriores cujo propósito foi manifestar-se a favor da transformação das instituições militares à semelhança do que aconteceu noutros países.

Esta posição da *Revista Militar* mereceu a aceitação e a mais elogiosa referência pelo Partido Republicano que reconheceu a importância da *Revista Militar* na evolução das instituições como parte integrante da constituição da sociedade.

O periódico demonstrou que as instituições militares fazem parte da constituição das sociedades que têm como alicerce a democracia e, assim, justifica a acção como agente poderoso da sua transformação. Foi no sentido de melhor desenvolver aquele pensamento que o Governo da República, através de um decreto de 15 de Outubro, nomeou uma Comissão responsável para proceder à reorganização das instituições militares<sup>43</sup>.

A *Revista Militar*, perante esta atitude do governo da República saudou e registou tão patriótica medida e reafirmou que a publicação dos seus artigos continuará na mesma linha de pensamento das doutrinas militares que sempre defendeu, justificando que estão de acordo com o programa adoptado pelo Governo Provisório da República Portuguesa.



1 Cfr., Manuel Jorge Pereira de Carvalho, “As Conferências do Casino, em 1871, e os seus ecos na Revista Militar: as Sociedades Militares”, RM, 51º vol., 1999, n.º 11, p. 1904. Refira-se mais alguns exemplos: os relatórios elaborados pelas inúmeras e diversas comissões científicas que se deslocaram ao estrangeiro; as notícias de outros periódicos militares e civis nacionais e estrangeiros com quem a Revista Militar permutava; notícias enviadas por militares destacados em missões no estrangeiro e militares de outros países quando se deslocavam a Portugal. Sendo que o maior volume de informações era originário dos países de vanguarda da Europa. Perspectiva de trabalho muito importante que fica a aguardar nova incursão de análise.

2 Proudhon (1809-1865) foi um dos precursores do socialismo utópico em França que viria a influenciar a cultura portuguesa. Dava uma grande importância à liberdade e igualdade já que só elas podiam conduzir ao federalismo e permitir o respeito dos grupos e dos indivíduos numa base de solidariedade. Como humanista defendia que o mutualismo iria permitir uma melhoria das condições sociais. Contudo, é profundamente individualista, não simpatizava com o coletivismo. As suas teorias foram bem aceites neste período pois correspondiam a um estágio de desenvolvimento da sociedade portuguesa na sua fase de industrialização.

3 Foram, sem dúvida, os jovens do Cenáculo os mais entusiastas. Antero de Quental publica na sua 2ª edição das Odes Modernas um poema que dedica à Comuna de Paris com a data de 1871. “Num soneto chamado «Acusação», cujo subtítulo é «Aos homens de sangue de Versalhes em 1871» fala na Comuna nestes termos: «ergue-te enfim justiça vingadora/Cruz que em breve a tua espada ardente / Eu vejo a tirania onipotente / enquanto ao longe a piedade chora». É um termo pelo esmagamento da Comuna e um dos ecos mais expressivos em Portugal do imenso clarão que o incêndio social e político da Comuna despertou no seu tempo”. Idem, *Ibidem*.

4 Cfr., Fernando Catroga, “Os Caminhos Polémicos da «geração nova»”, in *História de Portugal*, 5º vol., dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 570.

5 Idem, *Ibidem*.

6 António Florêncio de Sousa Pinto, “O Anno de 1870”, RM, Tomo XXIII, 1871, n.º 1, p. 3.

7 “«A sociedade, por um impulso instintivo, e no seu interesse proprio, escolherá o que mais lhe convier: se a liberdade, que fructifica á sombra da ordem, se a que vagueia sem rumo entre a espuma da anarchia; se a civilização que deriva das doutrinas evangelicas, e que levanta o espirito sobre a materia, se a que inspira do goso e converte a alma em escrava das torpezas sensuaes; se o rochejo secular, sobre o qual se construe com solidez, se o areal movediço onde o edificio ficará em breve reduzido a um acervo de ruinas; se as instituições que abrigam a propriedade e a familia, se as que podem ser um perigo, ou pelo menos uma incessante ameaça para esses dois principios sociaes» Só

depois de duras provações socegarão os espiritos, e se fará a escolha, oxalá acertem”. Idem, pp. 16-17.

8 Idem, “O Anno de 1871”, RM, Tomo XXIV, 1871, n.º 1, p. 3.

9 “O verdadeiro amor da patria já em raros corações echoava; o amor de familia relaxara-se pela prostituição dos costumes. O vicio campeava infrene, e tudo fazia esperar d’aquella civilisação o mesmo a que a chamada civilisação antiga conduziu as raças que foram d’esses tempos: (...) as acções heroicas de outras épocas, eram-lhe como se foram fabulas inventadas (...). A idéa de Deus que era uma ameaça perenne foi banida; a familia desfeita; as egrejas tornadas em lupanares; a mulher enthronisada pela prostituição; o homem santificado pela crueldade; as leis mais justas foram violadas e os refens mortos sem pretexto nem fim; até os cemiterios não escaparam, propoz-se a sua abolição, e os cadaveres foram destinados para guano!!”. Idem, pp. 4 e 5.

10 “apoz a communa vieram as represalias de Paris, e depois as de Versailles! Ai! Não foram menores os horrores! Que o diga o campo de Satory: 12:000 prisioneiros, homens, mulheres, e creanças e velhos, quasi nús, com as cabeças descobertas, enterrados no lodaçal até aos joelhos, soffrendo a fome terrivel; n’um dos extremos do campo um tribunal que julgava summariamente e quasi sem provas, e que só proferia uma sentença - a de morte; ao lado escoltas de soldados servindo de carrascos e de coveiros; e, quando no meio dos grandes soffrimentos, aquella immensa mole dava um gemido de agonia, as metralhadoras que guarneciam o campo, e a rodeavam, encarregavam-se de abafal-o!”. Idem, pp. 5 e 6. Veja-se ainda João Medina, “A Cumuna foi a Primeira Experiência mítica de governo operário”, História, Ano XXIV, III série, Novembro/Dezembro, 2001, pp. 19 e 20.

11 Sobre a eloquência de Vítor Hugo veja-se Idem, pp. 6-7.

12 António Florêncio de Sousa Pinto, “Epilogo Funesto”, RM, Tomo XXII, 1871, n.º 11, p. 245.

13 Idem, p. 246.

14 Idem, “Observações Geraes”, RM, Tomo XXIV, 1872, n.º 9, p. 225.

15 Sobre essas notícias veja-se, Idem, pp. 225-230.

16 “(...) em Barcelona se reunem os socialistas estabelecendo o seu programma, ora dos Pyrineos desce o estandarte do partido opposto levantando o grito da guerra e assolando o paiz. (...) «Emancipação politica, social, economica e religiosa de todos os membros da humanidade»; para o que proclamam a abolição de todo o jugo auctoritario, equalisação dos direitos e deveres, transformando o estado em livre federação de federações livres, abolindo os exercitos e todos os titulos e honras; como consequencia supprimem-se as nacionalidades, declara-se livre a familia, estabelecem-se jurys para julgar todas as questões, prohibe-se que qualquer homem seja assalariado de outro

homem, acaba-se com as contribuições e declaram-se livres todos os serviços; proíbe-se, apesar da liberdade do ensino, que os sacerdotes se ingiram n'elle e tira-se o character religioso aos cemiterios, não obstante respeitarem-se todas as crenças. (...) proclama-se a queda dos thronos, das presidencias, dos directorios, das assembléias legislativas, do poder executivo e de toda a especie de autoridades (...) Estamos pois passando por uma epoca de transição, achando-se em luta perenne trez principios que se definem pelos tres governos que representam - absolutismo, monarchismo e o republicanismo. O primeiro tem por base o temor dos povos, o segundo o preceito da honra, e o terceiro as virtudes estoicas mui pouco vulgares na humnidade. (...)”. Idem, p. 230.

17 António Marinho de Sousa e Barros, “A Religião e o Exercito Perante o Socialismo”, RM, Tomo XXIV, 1872, n.º 13, p. 317.

18 “(...) certos espiritos sordidos e baixos se agitam com sagacidade para fazerem baquear por terra o magestoso edificio social, proclamam ás massas, que em geral possuem boas tendencias, as theorias anarchicas do socialismo, como as taboas de uma nova lei, onde se compendia o bem estar das gerações existentes e futuras. (...) O socialismo, visto pelo prisma da razão e atravez de todos os tempos, há sido sempre a hydra de Lerna ameaçando devorar o cidadão pacifico, o abutre recurvando as garras para desfibrar as vicerias da sociedade, a fonte perennal de venno corrosivo que espedaça os liames do homem. (...) O socialismo é um borborinho de vampiros da honra e sicarios da lei, que no delirio crapuloso do mais atroz egoismo ameaça arrastar a boa fé dos incautos na lava dos vulcões sociais, que fumegantes atiram a mecha do incendiario ao coração da mãe patria, (...) aspira o socialismo a ser o apostolo do progresso, e ostentanos a sua bandeira ensopada em sangue, o facho incendiario do petroleo, o punhal do ladrão, o trabuco do assassino, tudo o que revela a indole mais preversa e sordida? (...) a autoridade confiada a gente de tal ordem não collocaria a sociedade em mais horrido estado, do que lysandro collocou a sociedade atheniense atheniense no fim da guerra do peloponneso, entregando-a ao governo de trinta archontes ferozes ou tyrannos, que a final foram degolados para expiação dos seus monstruosos crimes?”. Idem, pp. 318 e 320.

19 “A imprensa, onde devia fulgurar o facho de luz benefica que esclarece e ilumina, e não a fogueira que abraza e devora, contribue também pela sua parte e com summo affan para fascinar os espiritos noviços e incautos, preconizando os mais condemnaveis sophistas Proudhonicos com o fim de preverter a sociedade, tornando-a um verdadeiro chaos em proveito exclusivo d’esses utopistas da epoca, desses façanhudos e torpes egoistas que vagueiam por toda a parte aguardando avidos o momento de assaltarem com satanico furor os thesouros sociaes, quaes leões esfaimados accommettendo a sua preza”. Idem, pp. 317-318.

20 “O partido republicano, em Hespanha, ganha terreno; e sabe-se que aos pactos federaes de diversas provincias, vae seguir-se um outro de Vascongadas e Navarra”, António Florêncio de Sousa Pinto, “Ruído do Trovão”, RM, Tomo XXI, 1869, n.º 13, p. 202.

21 António Florêncio de Sousa Pinto, “Portugal em 1872 - Vida Constitucional d’um

Povo de Raça Latina”, RM, Tomo XXV, 1873, n.º 4, p. 94.

22 “São de ponto eloquentes os numeros: 3:500 kilometros de estradas ordinarias (...); 715 kilometros de vias ferreas em exploração; 131 quasi completos e duas novas linhas, cujos trabalhos foram começaddos; mais de 200 pontes sobre os rios e correntes de água secundarias; mais de 3:000 kilometros de linhas telegraphicas; caminhos americanos e do sistema Larmanjat, começando a ser estabelecidos nas vias publicas; melhoramento dos portos de mar, criação e subvenção de linhas regulares de navegação de vapor de Lisboa para o algarve, Açores, madeira e colónias de Africa occidental; construção de alguns grandes edificios para os serviços do estado; (...). Não mudou menos a economia. Aos dois bancos de Lisboa e porto vieram juntar-se n’este periodo outros estabelecimentos de credito: os bancos Mercantil; União, Lusitano, Ultramarino, companhia Utilidade Publica, Companhia Geral do Credito Predial, o banco do minho em Braga, o banco Agricola em Vizeu, além de duas succursaes d’um banco inglez em Lisboa e no Porto (...)”. Seguem-se as estatísticas referentes à agricultura, Comércio interno e externo e indústria. Veja-se Idem, pp. 99-102.

23 Clara alusão aos motivos de decadência, apresentados por Antero de Quental na 2ª Conferência do Casino Lisbonense, afirmando-se pela positiva. Manuel Jorge Pereira de Carvalho, As Conferencias do Casino, em 1871, e os Ecos na Revista Militar: As Sociedaes Militares,” RM, vol. 51º, 1999, n.º 11, p. 1915.

24 “Na epoca actual em que é enorme o movimento scientifico; em que cada dia se vão alargando os horizontes e enriquecendo os dominios das sciencias mathematicas e phisicas; (...) é urgente, é indispensavel mesmo, que as officialidades de todos os exercitos se ponham a par dos conhecimentos que d’ellas exige o progresso, mostrando assim, que sabem compenetrar-se do sagrado dever que a patria incube aos seus defensores”. José Estêvão de Moraes Sarmiento, “Sociedades Militares”, RM, Tomo XXIV, n.º 1, 1872, p. 24.

25 “Vão passados os tempos em que um chefe intelligente e tropas valerosas eram condições sufficientes para alcançar a victoria. Nas circunstancias actuaes da guerra cada official deve valer um general, cada soldado um official (...). A guerra actual, (...) é prompta, rapida, invasora, summaria (...)” Idem, Ibidem. Estamos perante um novo conceito estratégico e uma nova mentalidade em relação aos conflitos militares que neste altura começaram a surgir com as mudanças no campo tecnológico e científico. Problemática que tem todo o interesse em ser aprofundada por forma a melhor podermos conhecer esse novo conceito estratégico.

26 Idem, Ibidem.

27 O autor dava como exemplo o Atheneo del Exercito Y de la Armada (1871) que era uma sociedade científico-militar que tinha como finalidade a aquisição de conhecimentos técnicos e científicos. Estava dotada de uma biblioteca com periódicos militares nacionais e estrangeiros e de obras de reconhecida utilidade na Ciência, na Literatura e nas Artes. Além disso, tinha ainda gabinetes de Física, Máquinas, Geodesia e laboratórios de

Química, para poder seguir os últimos movimentos científicos da época. Os seus estatutos previam a criação de atheneus, (sociedades militares) em todas as capitais de distrito formando uma sociedade com ligação a Madrid. Para um estudo mais aprofundado veja-se Idem. pp. 26-30.

28 Kriegsspiel (jogos de guerra) foram divulgados em Londres na Royal United Service Institution da qual faziam parte oficiais de todas as armas do Exército. Para mais informação veja-se: Idem, “As Sociedades Militares e o Kriegsspiel”, RM, Tomo XXV, 1873, n.º 2, pp. 45-48.

29 O Grémio Militar, ideia do Capitão Azevedo Coutinho, foi criado em Macau através da Portaria n.º 8 de 24 de Janeiro de 1871, do qual faziam parte todos os officias de terra e mar. Tinha como objectivo a aquisição de livros úteis ao esclarecimento dos militares e a leitura de jornais militares nacionais e estrangeiros. Proporcionava ainda saraus literários, reuniões de família e outras diversões para recreio dos seus sócios. Para mais informação veja-se: idem, “As Sociedades Militares e o Kriegsspiel”, RM, Tomo XXV, 1873, n.º 2, pp. 45-48.

30 “Excitar, por meio de palestras scientificas e litterarias, por adquadas publicações e por todos os meios eguaes, os estímulos geradores das grandes acções e os factos que honram a humanidade; para que os officiaes se tornem distinctos e continuem a conservar as tradições gloriosas da marinha portuguesa”. Idem, p. 30.

31 Idem, p. 31.

32 Idem, p. 270

33 “As conferencias e leituras podem dar resultados muito satisfatorios, por isso que obrigam os prelectores a estudar, a pensar, a compulsar muitos livros, a solicitar muitos esclarecimentos e conselhos, o que tudo reunido produz augmento de conhecimentos, desenvolvimento intellectual e gosto pelo trabalho”. Idem, Ibidem.

34 Idem, Ibidem

35 “Quando passamos ao posto de official e considerámos a apoucada instrucção que possuíamos tentámos crear uma sociedade litteraria instructiva e recreativa, composta sómente de individuos militares (...). Era nosso intento estudar-se principalmente geographia, historia e tudo o que tivesse relação intima e fosse consentaneo com a profissão das armas e depois fazerem-se conferencias memorias etc. ácerca de cada um dos assumptos estudados (...)”. M. Alves de Sousa, “As Sociedades Militares”, RM, Tomo XXIV, 1872, n.º 18, p. 375.

36 Idem, p. 377.

37 Idem, p. 378.

38 Consultar a imprensa de província e as secções de imprensa de Lisboa. Cfr. especialmente em O Século a rubrica diária «Nas Províncias». Idem, “Do sistema - A dinâmica Interna”, in O Ultimatum Inglês, Política Externa e Política Interna do Portugal de 1890, Lisboa, Alfa, S. A., 1990, p. 110.

39 Pelo Impacto que teve no país, esta problemática continuou a ser debatida nas páginas do periódico no ano seguinte. R. F. “O problema colonial” RM, Tomo XLIII, 1891, n.º 12, pp. 400-407. José Estêvão de Moraes Sarmiento: “viva a patria!”, RM, Tomo XLIII, 1891, n.º 14, pp. 417-420. Idem, “Pela Ordem”, RM, Tomo XLIII, 1891, n.º 16, pp. 481-485. Idem, “Álerta!”, RM, Tomo XLIII, 1891, n.º 17, pp. 513-517. Sousa Tavares, “Patria e Dever”, RM, Tomo XLIII, 1891, n.º 24, pp. 736-744.

40 Redacção “O Conflito anglo-luso”, RM, Tomo XLII, 1890, n.º 1, p. 6.

41 Idem, p. 7. Veja-se ainda R. F., “O que temos a fazer”, RM, Tomo XLII, 1890, n.º 1, p. 25.

42 Direcção, “A Transformação do Regime Politico Nacional”, RM, Anno LXII, 1910, n.º 11, p. 872.

43 “O governo provisorio da Republica Portuguêsa no desempenho da sua missão toda de intuitos depuradores e progressivos, comprehende que um dos seus primeiros e mais indeclinaveis deveres é reorganizar o exercito, convertendo-o n’uma instituição verdadeiramente patriotica e util e que profundamente se identifique, na qualidade e numero dos seus elementos constitutivos, com as legitimas aspirações da alma nacional. Em vez da organização obsoleta e mesquinha (...) a sociedade portugueza quer vêr n’esse mesmo exercito, que deve ser a pura representação dinamica da sua força, uma instituição harmonica e util, de caracter puramente democratico, ligada pela disciplina que provém da noção consciente do dever, e em que o cidadão feito soldado deixe de ser o representante de uma casta, para se incarnar intimamente no espirito e coração da sua patria Cit. por Idem, Ibidem.